

# Representações e Interculturalidades em Patrimônios Marajoaras

Representations and Interculturalities in Marajoaras Heritage

Agenor Sarraf Pacheco\*, Jaddson Luiz Sousa Silva\*\*

**Resumo:** Neste artigo, discutimos representações e interculturalidades em patrimônios marajoaras, noticiados pelo jornal *A Província do Pará*, entre as décadas de 1950 e 1960, focalizando o município de Ponta de Pedras. Procuramos situar o lugar da Amazônia Marajoara na produção referente à historiografia do patrimônio e descrever nossa experiência de pesquisa sobre a região e o envolvimento com a temática em tela. Interrogamos o uso do termo “Ilha de Marajó”, explicitando seus sentidos e propondo outras denominações para a escrita de saberes atinentes aos modos de vida de populações que habitam no maior arquipélago flúvio-marinho do mundo. Daí, então, analisamos os patrimônios pontapedrenses veiculados na grande imprensa paraense, fundamentados nas intersecções teórico-metodológicas do Patrimônio, Estudos Culturais e Mídia Imprensa.

Palavras-chave: Patrimônio. Mídia Imprensa. Estudos Culturais. Ponta de Pedras. Amazônia Marajoara.

**Abstract:** In this article, we discuss representations and interculturalities in marajoaras heritages, reported by the newspaper *A Província do Pará*, between the 1950s and 1960s, focusing on the city of Ponta de Pedras. We seek to situate the place of Marajoara Amazon in the production related to the historiography of the heritage and describe our research experience in the region and the involvement with the subject on the screen. We interrogate the use of the term “Marajo Island”, explaining its senses and proposing other denominations for the knowledge writing concerning to the life manners of people living in the largest fluvial-marine archipelago in the world. So, then, we analyze the pontapedrenses heritages transmitted in the great Pará’s press, based on theoretical and methodological intersections of Heritage, Cultural Studies and Press Media.

Keywords: Heritage. Media Press. Cultural Studies. Ponta de Pedras. Amazon Marajoara

## 1. Nos caminhos do Patrimônio

(...) o estudo do patrimônio é um campo que, de forma ‘gulosa’, se serve de tudo o que estiver disponível - das cartas aos prédios, da literatura a um bairro inteiro - e que for capaz de representar a dinâmica da história (MARTINS, 2009, p. 281).

Se a temática do patrimônio<sup>1</sup> é recente na área de humanidades e ciências sociais aplicadas no Brasil, em se tratando de pesquisas sobre a Amazônia Paraense

---

\* Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor Adjunto II do Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e História Social da Amazônia (PPHIST). Atualmente exerce o cargo de Diretor do Arquivo Público do Estado do Pará. E-mail: [agenorsarraf@uol.com.br](mailto:agenorsarraf@uol.com.br).

\*\* Mestre em Artes e Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Licenciado Pleno em História pela Universidade Vale do Acaraú (UVA). Atualmente é professor-substituto do Curso de Bacharelado em Museologia pela UFPA. Foi Bolsista PIBIC/UFPA no período de agosto de 2011 a agosto de 2012. E-mail: [jaddson\\_luiz@yahoo.com.br](mailto:jaddson_luiz@yahoo.com.br).

e, especialmente, Marajoara, com exceção dos estudos realizados pela tradição arqueológica (FERREIRA PENNA, 1887; MEGGERS, EVANS, 1957; ROOSEVELT, 1991; SCHAAN, 1997, 2003, 2004, 2009; BEZERRA, 2011, 2014), ainda é bastante incipiente.

Levantamento realizado em sites especializados, no período de janeiro a dezembro de 2013, fez constatar que a preocupação com estudos sobre outras formas e abordagens de patrimônio começa somente a partir dos anos 2000. Temáticas como patrimônio indígena, museu, festa religiosa, pajelança, turismo, narrativa oral são as mais recorrentes. Antecipamos que não há nenhum trabalho acadêmico, seja ele de graduação, mestrado ou doutorado, discutindo o patrimônio arquitetônico ou material existente em cidades marajoaras<sup>2</sup>.

Formado na área de História e oriundo de uma experiência de pesquisa acerca da constituição da “cidade-floresta”<sup>3</sup> Melgaço, no arquipélago de Marajó, no período de 1960 a 2000, e suas relações com tradições orais e rurais agenciadas pelos moradores, naqueles primeiros seis anos de investigação (1998-2004)<sup>4</sup> a temática do patrimônio passou à margem de minha compreensão dos modos de pensar, sentir, fazer e viver daquele singular cotidiano urbano.

Somente em 2010, quando prestei concurso para a Universidade Federal do Pará, depois de ter concluído, em 2009, o estudo da presença de padres Agostinianos Recoletos de Madri, Espanha, em municípios do Marajó dos Campos (Soure, Salvaterra e Chaves) e do Marajó das Florestas (Afuá, Breves, Anajás, Portel, Melgaço e Bagre), sondando seus encontros, trocas, confrontos e sociabilidades com populações marajoaras, foi que, ao revisitar fontes documentais rastreadas

---

<sup>1</sup> A palavra patrimônio vem do latim, *patrimonium*, e estava voltado para todas as posses do *pater*, pai. Nas linhas de Funari e Pelegrini (2006, p. 11), esses patrimônios referiam-se a bens materiais, humanos e naturais de valor aristocrático e privado. Com o correr do tempo, as novas acepções que o termo irá incorporar estarão ligadas às formas de organização política, social e econômica das sociedades modernas. Foi, então, no contexto de formação dos Estados nacionais que determinados agentes, respaldados em instrumentos jurídicos, definiram o conjunto de bens que deveriam estar sob a proteção da gestão pública (FONSECA, 2009).

<sup>2</sup> Referimo-nos às capitais dos 16 municípios marajoaras, conforme serão apresentados mais adiante em seus territórios de campos e florestas.

<sup>3</sup> O conceito “cidade-floresta” foi elaborado durante o mestrado, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP, sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup> Maria Antonieta Antonacci. Ao trabalharmos memórias de moradores do espaço florestal de Melgaço, migrantes para a cidade em busca de melhores condições de vida a partir de 1950, percebemos que as formas como abriram ruas, construíram habitações e quintais, sustentaram criações e plantações ou relacionaram-se com novos vizinhos e o meio ambiente circundante, estiveram assentadas em saberes e experiências do mundo rural/florestal. Desse modo, a cidade passou a ser vista não apenas como resultado das intervenções de técnicos da administração pública, mas também como ações das relações estabelecidas por populações ribeirinhas com o espaço urbano em construção.

<sup>4</sup> A referência abarca a Monografia de Conclusão do Curso de Bacharelado e Licenciatura Plena em História pela UFPA (PACHECO, 1999) e a Dissertação de Mestrado em História Social na PUC-SP, defendida em 2004 e publicada em Pacheco (2006).

anteriormente, percebi como a questão do patrimônio sempre esteve por dentro das histórias escritas sobre os Marajós e suas gentes, mesmo que pelas margens de compreensões elaboradas em torno do maior arquipélago flúvio-marinho do mundo.

Deste modo, na etapa final do concurso para a cadeira de História Social da Cultura, vinculada ao Instituto de Ciências da Arte, apresentei esboços do projeto “Vozes da Memória, Paisagens da História: patrimônio, identidades e práticas culturais na Amazônia Marajoara”, cuja preocupação central era reconstituir - tanto em narrativas jornalísticas quanto em vozes de moradores idosos do Marajó das Florestas (Gurupá, Anajás e Bagre) e do Marajó dos Campos (Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras e Muaná) - vivências urbanas compartilhadas em torno de patrimônios materiais e afetivos da cidade.

Questionando concepções oficiais de patrimônio e procurando ampliar noções de paisagem, a proposta pretendia mapear lugares eleitos pela imprensa e pelos moradores como espaços de sociabilidades, conflitos e trocas culturais, apreendidos como patrimônios, paisagens e lugares de memória do município. Mapeando esses ambientes de experiências sociais comungadas, ausentes das cenas da cidade do presente, a pesquisa almejava visibilizar o movimento de (re)construção das identidades da cidade e de seus moradores, apontando mudanças nas práticas culturais e nas histórias locais marajoaras nos últimos 50 anos.

Logo após assumir o cargo de professor do curso de Museologia e da Pós-Graduação em Artes, concluí o projeto e, depois de aprovado pela congregação da Faculdade de Artes Visuais, elaborei dois sub-projetos para concorrer ao edital PIBIC/UFGA/2011. Assim, na perspectiva de contribuir com os estudos acadêmicos sobre a temática do patrimônio, depois de situar brevemente o lugar da Amazônia Marajoara na produção científica referente à historiografia da temática em tela, interrogamos o uso do termo “Ilha de Marajó”, explicitando seus sentidos e propondo outras denominações para a escrita de saberes preocupados em revelar modos de vida de populações que habitam no maior arquipélago flúvio-marinho do mundo. Na sequência, debatemos *Patrimônio, Estudos Culturais e Mídia Imprensa* para, entre *Letras e Imagens*, evidenciar o campo teórico-metodológico que sustenta a perspectiva de análise das *representações*<sup>5</sup> dos patrimônios pontapedrenses veiculados pelo jornal *A Província do Pará*<sup>6</sup> entre as décadas de 1950 e 1960.

---

<sup>5</sup> Segundo Chartier, intelectual proeminente da história cultural francesa, as representações construídas sobre o mundo social pelos mais variados canais comunicacionais, ainda que pareçam revelar verdades universais e assentadas em dados objetivos da realidade, são produtos de interesses dos grupos que as forjaram. Destarte, toda representação, envolve desafios, concorrências, competições, poder e

A investigação é parte do relatório final de Iniciação Científica, desenvolvido na Universidade Federal do Pará (UFPA), entre agosto de 2011 e agosto de 2012, por Jaddson Luiz Souza da Silva, através do sub-projeto “Interpretando Letras e Imagens: o patrimônio marajoara na imprensa paraense”, ampliada com novas descobertas em curso no Projeto “Cartografia de Patrimônios: representações oficiais e populares na Amazônia Marajoara (1960-1988)”, financiado pelo Edital Universal 14/2014 do CNPq. Os resultados coletados revelam uma ligação entre a noção de patrimônio com a ideia de bens materiais públicos e monumentais. Não obstante, entre letras e imagens se identificou que prédios e espaços públicos construídos ou reformados eram constantemente atrelados a atuações de grupos que estavam no poder.

Aspecto emergente da análise desvela outras formas de patrimônio, não necessariamente compreendidas como tal pelo matutino da época, mas importantes para se apreender aspectos da cultura da região. Desse modo, o artesanato local, as festas religiosas, com destaque para o Círio de Ponta de Pedras, e a organização das missas de aberturas dos eventos que debatiam a pesca, a pecuária e a agricultura, atividades econômicas que ainda hoje fazem parte do sustento da região marajoara, apareceram com grande ênfase nos enunciados das matérias do jornal.

Nesses meandros, a investigação procurou apreender dimensões da interculturalidade vivenciada na trajetória histórica daquele município marajoara, voltando-se especialmente para as relações de dominação, contaminação e negociação entre poder público, poder religioso e populações locais frente a suas cosmovisões, necessidades e interesses.

## 2. Interrogando a “Ilha de Marajó”

Quando iniciei as pesquisas para o mestrado, passei a problematizar os restritos, excludentes e homogêneos sentidos que o termo “Ilha de Marajó” carrega para falar do maior arquipélago flúvio-marinho do mundo, o qual desde o chamado período pré-colombiano, suas variadas nações indígenas como Aruã, Pixi-Pixi, Cajuá, Marauaná, Sacaca, Caia, Arari, Anajás, Muaná, Mapuá, Mamaianás, Guaianá,

---

dominação. “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 17).

<sup>6</sup> Este periódico fez parte da mídia impressa de Belém durante mais de 100 anos. Nascido em 25 de março de 1876, circulou como jornal diário. No período da economia gomífera, esteve sob o comando do todo poderoso intendente Antônio Lemos. Em 1947, passou a fazer parte dos Diários Associados. Em 1997, foi negociado com o dono da Editora Cejup. Em 2001, foi outra vez vendido, quando deixou de circular. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em: 02 de Jun. 2015.

Chapouna, Pacajá, Camboca, a transformaram em importante “zona de contato” (PRATT, 1999) com outros lugares e gentes de/e além-fronteiras.

Sites governamentais e não governamentais, sobretudo os voltados para políticas de propagação do turismo no Pará, reproduzem, geralmente, informações comuns que resumem o que instituições e grupos públicos ou privados que os representam denominam de “Ilha de Marajó”:

.....situado na foz do Rio Amazonas, com quase 50 mil quilômetros quadrados, abriga 12 municípios e é maior que vários países europeus. Importantes santuários ecológicos do planeta e um pólo turístico de alternativas inesgotáveis, cuja exuberância paisagística revela florestas, campinas, gramados, praias de rio, lagos de todos os tamanhos, furos e igarapés. Pássaros de beleza e qualidade rara como o guará, assim como espécies de jacarés, peixes e muitos outros compõem a fauna marajoara, formando um espetáculo de sons e cores imperdíveis.<sup>7</sup>

Nas representações formuladas e propaladas pelas mídias impressas e digitais, as populações marajoaras são invisibilizadas, sobressaindo a construção de uma identidade natural única para todos os diferentes espaços<sup>8</sup>. Completa esse quadro imagético o destaque para a criação de búfalos, a produção do artesanato de cerâmica, do queijo e as apresentações de danças para-folclóricas para estrangeiro e turista ver, sem focalizar saberes e sujeitos históricos que as produzem e as reinventam no passado e em tempos hipermidiáticos. Ficam à margem da “ilha” os municípios de Melgaço, Portel, Bagre e Gurupá, que, mesmo tendo sido incorporados nos anos de 1980 à região marajoara, com a criação da Associação dos Municípios do Arquipélago de Marajó (AMAM), não alcançaram inclusão, mesmo que continuem lutando pelo reconhecimento dessa identidade regional.

A concepção de uma geografia física predomina sobre a dimensão geopolítica e cultural no sistema de classificação tradicional cunhado para falar do Marajó e seus moradores. Um exemplo emblemático e um drama de identidade vive o município de

<sup>7</sup> Disponível em: <http://ecoviagem.uol.com.br/brasil/para/regiao-turistica/marajo/>. Acesso em: 02 de Jun. 2015. Essas informações, entre uma infinidade de outros sites, ainda podem ser encontradas em <http://www1.serpro.gov.br/publicacoes/tema/162/materia16.htm>;

<http://www.hoteisepousadasem.com.br/ilha-de-marajo/>;

<http://www.inteligentesite.com.br/modelos/modelo46/subconteudo.asp?ID=168&IDSUBLINK=47>;

<http://www.brasilazul.com.br/ilhademarajo.asp>.

<sup>8</sup> A continuidade da representação sobre a ideia de “Ilha de Marajó” alinhavada por uma visão homogênea e estática da região foi reforçada na recente edição do dia 01/05/2015, no Jornal Hoje da Rede Globo. A apresentadora Sandra Annenberg, a partir de texto de Mário Bonella, assassinou histórias e geografias desconhecidas do Brasil ou que se faz questão de não serem conhecidas para não sair do exótico e folclórico universo construído sobre os Marajós desde os tempos da colonização. Expressões como “perto da Amazônia”, imagem de um povo “que vive no ritmo da natureza, da variação das marés, só muda o passo à noite, quando o carimbó entra em cena para os turistas dos hotéis da ilha”, ainda o espanto na utilização do búfalo para diferentes atividades ou em suas múltiplas convivências com a população local são enunciações poderosas para reforçar a fixidez dos estereótipos sobre a Amazônia Marajoara. Para ver na íntegra o texto que orientou o JH, acessar: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/05/praias-e-fauna-variada-atraem-turistas-ilha-de-marajo-no-para.html>.

Portel. Se geograficamente parte de seu imenso território de 25.384,865km<sup>2</sup> estaria no continente, não é possível narrar histórias de sua colonização e lutas por emancipação e desenvolvimento desvinculadas de disputas e alianças com os municípios de Melgaço e Breves.<sup>9</sup>

Por identificar essas contradições, comecei a interrogar imagens e discursos historicamente confeccionados acerca da ideia de ilha, interpretada quase sempre como uma parte de terra recortada e cercada por águas, isolada, cuja paisagem física, exótica e única invisibiliza suas diversas populações conformadas em diferentes matrizes étnico-raciais e seus contatos interculturais em diferentes tempos e espaços.

Assim, se geograficamente não é mais possível falar em ilha, pois cada um dos 16 municípios da região é conformado em muitas ilhas, historicamente o uso do termo reafirmou isolamentos e formas de dominação de suas paisagens e populações. Para essa interpretação, seguimos orientações do “olhar político” de Beatriz Sarlo (1997) que, ao interrogar convenções e discursos da tradição oficial, muitas vezes incorporados por habitante de fora e de dentro da região, abre possibilidades para reconhecer a estratégica importância assumida pelos Marajós em seus variados tempos históricos, com destaque para a produção de saberes, tradições orais, alimentos, mão-de-obra e artesanias que sustentam a vida e a cultura amazônica.

Não é raro ouvirmos turistas e visitantes evocarem a frase: “ah, eu vou lá pra Ilha de Marajó”; como se o percurso da viagem provocasse uma transmigração para um território distante, não paraense e não amazônico. Para ler trajetórias históricas e socioculturais de municípios marajoaras, valorizando diferenças, especificidades, sem esquecer semelhanças, especialmente nas doloridas experiências de colonizadores que dizimaram populações atávicas e muitas de suas práticas culturais, nas incipientes políticas públicas implementadas na região, na reprodução contínua de ações coronelistas e clientelistas pelas gestões municipais, passamos a operar a partir do mestrado, com a nomenclatura “Marajós” ou “Marajó das Florestas” e “Marajó dos Campos”, no intuito de desmontar aquela visão paradisíaca e análoga inventada em torno da região.

Por esse interesse, os termos supracitados foram cunhados para evidenciar outras paisagens, tradições, saberes, fazeres e movimentos históricos urdidos *por dentro e pelas margens* da região. Denise Schaan e Cristiane Martins (2010), em apresentação do livro “Muito além dos Campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara”, ao mencionarem o inventário de sítios arqueológicos realizados nos municípios de Bagre, Gurupá, Melgaço, Portel e Santa Cruz do Arari, entre julho de

---

<sup>9</sup> Para uma leitura sobre a colonização do lado ocidental marajoara, onde estão localizados os municípios de Breves, Melgaço e Portel, ler Pacheco (1999; 2010b).

2008 e fevereiro de 2009, reconheceram nossos esforços por esgarçar representações estateladas dessa área estratégica da Amazônia Oriental. “Se todo mundo já sabia que o Marajó tinha essas duas fisionomias paisagísticas distintas, Pacheco veio a denunciá-las por meio da pesquisa histórica social, mostrando onde esses Marajós se encontram e onde se diferenciam” (SCHAAN; MARTINS, 2010, p.7-8).

Essas evidências apontam os Marajós, região onde habita uma população de mais de 500 mil habitantes, como multifacetados, construídos por grupos sociais diferentes que, em épocas distintas, ergueram os pilares materiais e imateriais para sustentar o que, hoje, compreendemos como seus patrimônios culturais. Do ponto de vista de uma economia do trabalho, diferenças e semelhanças entre Marajó das Florestas e Marajó dos Campos<sup>10</sup> traduz uma região de florestas onde predominou as drogas do sertão sob o trabalho de variadas nações indígenas, duramente exploradas e exterminadas, a produção da farinha, a cultura seringueira com a contribuição de migrantes nordestinos, muitos deles descendentes de negros escravizados, os quais ajudaram na conformação da mão de obra local. Com o correr dos tempos, intensificou-se a extração da madeira, coleta do açaí, entre outras atividades. Já os campos, inicialmente sustentados pela força do trabalho indígena, recebeu expressiva presença negra com o comércio do gado vindo de Cabo Verde no século XVII e o nascimento das fazendas, assim como pescadores em águas doce e/ou salgada, roças, plantações e extração de culturas diversas como madeira, açaí, entre outras (PACHECO, 2008).

A descoberta, durante o doutoramento, da importância do arquipélago de Marajó no projeto de conquista portuguesa do vale amazônico, levou-me a lê-la como Amazônia Marajoara. Assim, tanto no passado como no presente, os Marajós foram e continuam sendo a fronteira entre Pará e Macapá, Guiana Francesa e Pará, Macapá e Maranhão ou mesmo o ontem Grão-Pará e sua metrópole portuguesa e daí para as águas Atlânticas, que ajudam a alcançar outras Europas, Áfricas, Ásias em diferentes fronteiras físicas, econômicas, políticas e culturais.

---

<sup>10</sup> O Marajó dos Campos é constituído pelos municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Chaves, Ponta de Pedras e Muaná; e o Marajó das Florestas compõem-se dos municípios de Afuá, Gurupá, Anajás, Breves, Melgaço, Portel, Bagre, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista. O uso dos termos ultrapassa a ideia da paisagem predominante nestes dois lados da região. Sua divisão é realizada em perspectiva geopolítica para marcar diferenças, semelhanças e relações históricas e culturais na constituição da região de campos e florestas, pois, em termos físicos, esses ambientes estão presentes em toda a Amazônia Marajoara. A região vem sendo interpretada no presente como terra de grandes contrastes: de um lado suas riquezas humanas, arqueológicas e naturais, mas, pelos jogos do político e de interesses particulares de grandes latifundiários e empresários, foi soterrada numa profunda miséria social, reverberando diretamente nas populações mais carentes de trabalho, de formação escolar e profissional, além de condições para lutar e exercitar seu direito a uma vida mais digna e cidadã.

A inteligente leitura da região produzida pelo padre Agostiniano Recoleta Teodoro Madri, em 1979, que a batizou com a metáfora “El Corazón de la Amazonía” sugeriu investimento.

A ilha é o músculo cardíaco que desempenha as funções de bomba aspirante e “impelente”, já que introduz nas profundidades do oceano Atlântico as águas barrentas, que “han circulado por las venas amplias purificadas por las artérias de los rios inmensos de água limpia. Como El corazón con aurículas y ventrículos tiene también dos partes: derecha e izquierda, en comunicación contínua” (MADRI, 1979, p. 29).

Da chamada periferia regional (MIGNOLO, 2003), procuramos enxergar por meio de diversos escritos e da própria historiografia paraense, como a Amazônia Marajoara foi ali noticiada. Quais lugares sociais lhe concederam configurações geopolíticas da região? A pesquisa, portanto, pretendeu recolocar os Marajós nas rotas de contatos com povos e culturas liminares, procurando evidenciar o valor não somente de sua posição geográfica, mas dos saberes de defesa que seus habitantes utilizaram, tanto no período colonial, para resistir a um modelo de colonização cristã, civilizadora e uniformizador, linear e genocida, quanto na contemporaneidade, quando novos projetos evangelizadores e propostas de modos de vida modernos, pós-modernos e homogeneizadores ganham territórios.

Nestes quadros, a região marajoara, composta por uma variedade de relações históricas e socioculturais complexas, corresponde a um território plural, diferente e em conexões. Os espaços urbanos, por exemplo, são esquadrihados pelo contínuo e tenso diálogo entre tradição e modernidade. Isso explica porque os habitantes parecem misturar com maestria novas tecnologias e saberes oriundos da dinâmica de rios e floresta. O amálgama dessas relações forjadas no espaço urbano, assim como as lutas pelo direito à cidade, em pesquisa anteriormente desenvolvida sobre Melgaço, lemos a constituição do espaço urbano como uma “cidade-floresta” por alinhar saberes, técnicas, linguagens e experiências de universos rurais e urbanos, emergindo uma outra cartografia da cidade (PACHECO, 2006).

Se a influência europeia é dimensão constituinte de territórios das cidades marajoaras, as reelaborações, ressignificações e outros usos pautados na lógica rural e oral amazônica ali também plasmam a cultura material urbana. Soure, por exemplo, para além de sua arquitetura física de traços franceses, é continuamente redesenhada

por uma cartografia sensível que visibiliza modos de morar e fazer usos da cidade por filhos de culturas afroindígenas.<sup>11</sup>

Como pode ser notada, a dinâmica cotidiana dos povos marajoaras é profundamente marcada por saberes ancestrais que articulam humanidade e natureza de uma forma que favorece a manutenção de suas relações sociais, simbólicas, práticas religiosas e modos de subsistência. Este modo de viver e compreender o mundo não pode ser visto como cenas de um “Marajó que já era” (TOCANTINS, 1987), apesar das novas mudanças e reatualizações inauguradas pelo processo de urbanização e tecnologização de espaços urbanos e vilas. A interculturalidade, como pode ser interpretada estas incorporações e perdas culturais, é apresentada por García Canclini (2009, p.17) como o conceito que “remete à confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações e trocas. [...] interculturalidade implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos”.

Por essa dimensão, levando em consideração a complexidade de desbravar um território tão vasto como são os Marajós, neste texto, procuraremos trazer à tona representações de patrimônio do município de Ponta de Pedras, situado no Marajó dos Campos, visando apreender que aspectos da vida da cidade foram identificados como patrimônio por um dos principais jornais da imprensa paraense. Igualmente mapear que outras práticas culturais emergem das escrituras desse matutino que, mesmo não sendo reconhecidas como patrimônio imaterial, ganharam expressões entre as décadas de 50 e 60 do século XX.

### **3. Patrimônio, estudos culturais e mídia imprensa**

Se o termo patrimônio carregou durante muito tempo os conceitos de belo, monumental, memorável, excepcional, “herança de prerrogativa epistemológica eurocentrada” (ANTONACCI, 2014), e, no Brasil, resultado do que advogou o Decreto-lei 25, de 1937, quando vinculou a noção de patrimônio histórico e artístico nacional “a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (FONSECA, 2009, p. 245), a partir dos anos de 1970, passou a ser postos em contínuo interrogatório. Esse movimento ganhou força legal com os sentidos de patrimônio apresentados na Constituição de 1988, conforme se verificou em Dantas (2002), pois trouxe à tona a necessidade de reconhecimento

---

<sup>11</sup> Para maiores entendimentos sobre o conceito, ver: (PACHECO, 2012) e (NUNES; PACHECO, 2012).

do patrimônio imaterial das sociedades, questionando representações e interesses de classe, gênero, raça, cor, postas nas sombras.

O conjunto de leis produzidas sobre as políticas de patrimonialização de bens públicos acionaram polêmicas e conflitos. Antes da Carta Constitucional, em 1979, a fusão do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) fortaleceu e ampliou as práticas de patrimônio, “retomando a proposta germinal de Mário de Andrade, ao diversificar o olhar patrimonial para os saberes e fazeres da produção cultural de grupos ainda não contemplados pelos reconhecimentos de patrimônio até aquele momento” (TOJI, 2009, p. 14).

As novas discussões e pesquisas sobre a temática do patrimônio, com as quais esta pesquisa se filia, têm procurado sair “de um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, se avançou para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas” (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 251).

A mudança na maneira de ver e valorizar o patrimônio exigiu revisões e construções de “outros marcos, balizas e periodizações, assim como outros signos de celebração, que permitissem inferir em nosso patrimônio cultural, sinais e ruídos de histórias silenciadas, minorias emudecidas, espaços de trabalho alijados, cultos religiosos ignorados, práticas sociais em extinção” (MARTINS, 2009, p. 292).

Por esses termos, percebemos que, se o poder público constrói políticas para salvaguardar patrimônios históricos oficiais, os moradores, por sua vez, ampliam a concepção desses monumentos defendida pelos discursos e práticas da gestão municipal, apresentando seus afetivos lugares de memórias. Tal diferença não interpreta a realidade histórica onde estão atuando poderes públicos e populares como meramente dicotômica, onde se vislumbra apenas dois grupos sempre em espaços distintos e de oposição. Em lutas desiguais, descontínuas, mas também estabelecendo alianças e deixando-se contaminar, administradores e moradores cotidianamente rompem fronteiras culturais, recriando caminhos para expor suas visões de mundo e de patrimônio.

Neste diapasão, interessa refletir com assinaturas de Homi Bhabha (2003, p. 20), para quem o inovador e o crucial encontram-se na necessidade e capacidade de ultrapassar narrativas da origem e centrar esforços no entendimento dos “processos

que são produzidos na articulação de diferenças culturais”. Tal teorização está em conexão com perspectiva analítica de Stuart Hall, que, ao discutir as relações de força entre a chamada cultura dominante e a popular, inspirando-se em Raymond Williams e E. P. Thompson, assinala: “as culturas concebidas não como ‘formas de vida’, mas como ‘formas de luta’ constantemente se entrecruzam: as lutas culturais relevantes surgem nos pontos de intersecção” (HALL, 2003, p. 260).

Nessa tessitura, o olhar lançado sobre o jornal *A Província do Pará* objetivou compreendê-lo como porta-voz de uma sociedade, capaz de revelar polifônicos, contraditórios e complexos discursos sobre seu cotidiano de vida. Produto da indústria cultural e construtor de uma cultura da mídia, este matutino pode ser lido, seguindo Kellner (2001, p. 09), como fornecedor de material com o qual o ser humano elabora percepções sobre “classe, etnia, raça, nacionalidade, sexualidade, nós e eles”, assim como “símbolos, mitos e recursos que ajudam a construir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos em muitas regiões do mundo de hoje”.

A despeito da leitura tradicional produzida sobre os meios de comunicação, é imperativo apontar que a disseminação das informações, embora atrelada a grupos políticos, não está sujeita a uma condição unilateral e onipotente capaz de simplesmente impor uma verdade que será seguida a risca pela “grande massa”. É preciso, então, vislumbrar que:

o público pode resistir aos significados e mensagens dominantes, criar sua própria leitura e seu próprio modo de apropriar-se da cultura de massa, usando a sua cultura como recurso para fortalecer-se e inventar significados, identidade e forma de vida própria. Além disso, a própria mídia dá recursos que os indivíduos podem acatar ou rejeitar na formação de sua identidade em oposição aos modos dominantes (KELLNER, 2001, p. 11).

É interessante atentar para o ponto que recupera a crítica à pretensa visão marxista, levada a cabo pelos frankfurtianos, de ver os dominantes sempre em condições superiores na produção, circulação e disseminação da informação. Seguindo na contramão dessa corrente de pensamento alemã, Martín-Barbero (2003) adentrou territórios da recepção e passou a valorizar modos como leitores e ouvintes interpretam notícias produzidas e postas em circulação pelo discurso midiático. Tal compreensão alerta para o fato de que as pessoas interpretam as informações ecoadas pela mídia, tendo como ponto de partida suas leituras de mundo e relações socioculturais. Na luta por continuarem com seus símbolos, representações e práticas de sociabilidades, estes atores sociais seguem interagindo com enunciados veiculados

pela grande imprensa, relendo, quando é possível, conteúdos e afirmações (THOMPSON, 1998; MARTÍN-BARBERO, 2003).

Contudo, apesar da importância dos estudos de Thompson e Martín-Barbero para a valorização de vozes e experiências das culturas populares, é lógico que não dá para apreender as pessoas como se estivessem sempre em uma situação de vigilância total em que, orientadas por um sentimento de revolta constante, reagiriam contra as notícias ventiladas pela cultura da mídia. O primeiro intelectual dos Estudos Culturais Britânicos a etnografar o cotidiano da classe operária em tempos de expansão dos novos meios de comunicação na Inglaterra explicita o que mais importa observar dos encontros e confrontos culturais: “O mais impressionante não é tanto o que cada geração tem podido em uma larga medida conservar das tradições dos mais velhos, mas, sobretudo, que ela tenha sido capaz de criar coisas novas” (HOGGART, 1970, p. 386).

García Canclini (2000) amplia o debate ao afirmar que não é suficiente reconhecer que as pessoas possuem percepções diferentes dos discursos midiáticos, ou que não detém a ciência de que não há uma linearidade no sentido dos discursos que circulam na grande imprensa. É preciso compreender seu processo de produção, circulação e recepção. Assim, fugindo dos resultados, muitas vezes quantitativos dos comunicólogos, o pensador latinoamericano assevera que a observação antropológica contribui para dimensionar e sondar de que modo os discursos midiáticos influenciam na percepção dos setores populares.

Neste trabalho, embora não tenhamos seguido esta orientação metodológica, uma vez que procuramos nos deter em representações de patrimônio por dentro do *A Província do Pará*, esforçamo-nos por captar narrativas e conteúdos que ficaram pelas margens das letras e imagens do impresso.

#### **4. Por dentro das letras e pelas (i)ma(r)gens**

A noção de documento ampliou-se muito mais do que os historiadores tradicionais queriam, mas, igualmente, não atingiu o patamar de ‘qualquer coisa’ que certos vulgarizadores do pós-modernismo pregavam. Ocorreu, por certo, um esgarçamento do conceito (KARNAL; TATSCH, 2009, p. 16).

Se, para a Escola Metódica do século XIX, a escrita da história poderia ser feita somente com documentos oficiais, cujo “discurso de verdade” estava explícito em suas linhas, com a revolução documental impulsionada pela Nova História Francesa, no

alvorecer dos anos de 1930, essa concepção foi posta à prova e ampliada (BURKE, 1997; REIS, 2000). Luca (2005, p. 114), em diálogo com Antonie Prost, afirma que “alterou-se o modo de inquirir os textos, que ‘interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam’ e, poderíamos completar, também pelas zonas de silêncio que estabelecem”.

Os jornais, como qualquer outra fonte documental, constituem-se em campo minado para análises apressadas de seus discursos, afirmativas e críticas. É preciso estar atento às intenções da notícia; levar em consideração o grupo a que determinado jornal pertence; e aceitar que, dos jornais, jamais serão extraídas verdades incontestáveis, mas interpretações, representações e versões de um dado acontecimento.

A mídia impressa, da mesma forma que faz apologias às intenções governamentais, também pode reverberar formas de contestação a discursos e práticas do poder. Tais resistências podem ocorrer de maneira declarada, velada ou em surdina para burlar normas, valores e perspectivas dominantes. Levando em conta o caráter multifacetado da experiência cotidiana, é preciso assinalar que, a despeito dos controles de períodos ditatoriais, surpreendem-se exemplos flagrantes em que os populares ora colaboravam com a censura e ora a burlavam, fazendo vista grossa para ações de crítica ao governante, quando consultados para se identificar os culpados.

Ao analisarmos as matérias veiculadas nas letras desta mídia impressa, identificamos o lugar estratégico concedido ao fotojornalismo. A pesquisa, então, procurou dialogar com estudiosos da fotografia para interpretar seu conteúdo subjacente. Assim como o texto imagético apresenta-se sempre repleto de intencionalidade, incentivando e legitimando discursos e práticas dos seus momentos históricos, procuramos articular letra e imagem para melhor compreendermos sentidos das notícias postas em circulação.

Ao adentrarem no cotidiano das grandes ou pequenas cidades, os jornais utilizam-se, não raras vezes, de fotografias para conceder as suas reportagens um ar de autenticidade. Contudo, na condição de pesquisadores, acabamos nos fazendo um indispensável questionamento: como “saber se, e até que ponto, pode-se confiar nessas imagens?” (BURKE, 2004, p. 25). Certamente não se pretende desqualificar a importância do registro imagético como fonte histórica, mas alertar para o cuidado de não o apreender como um dado objetivo da realidade.

Atentar à natureza deste problema ajuda a compreender que a fotografia é a impressão que um fotógrafo julgou importante registrar, em certo momento, sob a ótica que selecionou do cotidiano. Sendo mais específico, o ato de um fotógrafo escolher um determinado ângulo e não outro, ou pedir para que pedestres se movimentem ou assumam certa postura, já representa a construção de uma representação específica da realidade social que se pretende dar a conhecer. O fotojornalismo, por exemplo, não raras vezes, atua na criação das cenas para serem fotografadas, objetivando elaborar uma narrativa visual da paisagem cultural em sua materialidade e humanidade.

Fazendo essa análise pontual da natureza que envolve as produções fotográficas e trazendo à tona uma possível saída para que possamos analisar as imagens coletadas em *A Província do Pará*, apropriamo-nos das palavras de Burke ao afirmar que as fotos são fundamentais, por exemplo, para visualizar:

como os ricos se vestiam, sua postura e comportamento, os constrangimentos dos códigos de vestimenta femininos da época, o materialismo elaborado de uma cultura que acreditava que a riqueza, status e propriedade deviam ser “publicamente ostentados” (BURKE, 2004, p. 29).

Desse modo, entre outros caminhos, escolhemos explorar imagens reveladas nas matérias do *A Província* para identificar representações de patrimônio, seja ele material ou imaterial, como ações culturais capazes de falar sobre um determinado período histórico, seus grupos, atividades socioculturais, alianças e desavenças. Para dizer de outro modo, tentamos captar relações interculturais gestadas acerca de patrimônios marajoaras representados pela mídia impressa para além da “sacralização de sua memória em pedra e cal” (NOGUEIRA, 2007, p. 258).

## 5. Patrimônios pontapedrenses

O município de Ponta de Pedras está localizado às margens do rio Marajó-açú, também conhecido como Pororoca. Sua fundação data de 1778, na costa conhecida como Mangabeira e teve como fundadores os padres mercedários, já a emancipação ocorreu em 30 de abril de 1878. Antes desse acontecimento, em 1839, por atuação do Capitão Tomás Antônio Tavares, a cidade foi transferida para a atual localidade – próximo ao rio Marajó-açú. Sobre os patrimônios deste município, nos primeiros anos da década de 1950, o jornal *A Província do Pará* evidenciou:

O município de Ponta de Pedras, um dos grandes centros do Estado do Pará, distante treze quilômetros da costa, com um belíssimo panorama; possui 3 igrejas católicas e o majestoso paço municipal e vários outros prédios importantes que constituem o patrimônio histórico desse grande município (1953, p. 14).

Nessa notícia, a noção de patrimônio está vinculada à materialidade dos bens edificados. Bens móveis que correspondem aos monumentos, conjuntos arquitetônicos, prédios reconhecidos por seus valores históricos e artísticos (igrejas, fortes e casarões antigos etc.), entre outros que sintetizem a mesma lógica, explicitam o entendimento tradicional desse conceito.

Nas letras do matutino, mesmo sem identificação enquanto patrimônio, a pesquisa capta práticas de subsistências muito comuns na região marajoara que correspondem à pecuária, à pesca, à agricultura e à extração da madeira, atividades econômicas que deixam ver uma íntima relação das populações locais, filhas das mesclas afroindígenas, com o meio ambiente em que vivem (PACHECO, 2009). Para além do aspecto econômico, há um saber local que foi transmitido de geração a geração por índios, negros e seus descendentes e, ainda hoje, fazem parte da paisagem cultural do município, mostram como se renovaram, incorporando produtos industrializados.

Estas práticas realizadas nesse período, no município de Ponta de Pedras, são apresentadas como as responsáveis pelo seu desenvolvimento:

A fonte econômica principal é a pecuária, seguida da indústria da pesca, havendo também, animadora agricultura. A indústria extrativa é ainda incipiente e a exportação de madeiras está tomando um incremento consolador a qual em futuro bem próximo será exportada com abundancia (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1953, p. 14).

Embora o termo patrimônio só tenha sido utilizado pela mídia impressa para definir os bens de natureza material, os quais, em sua maioria, correspondiam a prédios dos poderes constituídos, prefeitura, igreja e o “majestoso paço municipal”, também encontramos mostras dos fazeres e saberes locais, como artes da pesca, “tiração” da madeira, produção da farinha, artesanato, os quais permitiram aproximações com formas de trabalho, alimentação e relações que homens, mulheres e crianças pontapedrenses estabelecem com a natureza.

Estas referências, na atualidade, poderiam ser compreendidas como equivalentes ao que se entende como patrimônio cultural em suas múltiplas faces. Vale ressaltar que essas práticas não eram entendidas como tal, no período analisado, ainda que um Ante-Projeto de Lei, formulado por Mário de Andrade para compor a legislação federal de 1937, já indicasse “para uma concepção integrada do patrimônio,

em que lugares, objetos, fazeres, saberes, manifestações do erudito e do popular se colocavam simultaneamente como elementos da nacionalidade” (TOJI, 2009, p. 12).

Apesar da proposta de Mário de Andrade ter sido resumida para valorizar somente “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Art. 1º do Decreto-Lei nº 25 de 1937), a luta pela democratização e inclusão de outras referências no entendimento dos bens imóveis não cessou.

A despeito de intelectuais, agentes políticos e da cultura não deixarem de reivindicar o esgarçamento do conceito oficial de patrimônio, somente na década de 1970 é que sua acepção de belo, monumental e excepcional foi colocada à prova. Em 1979, o pernambucano Aloísio Magalhães assumiu a presidência do IPHAN, fundou o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) e defendeu concepção ampla e inclusiva de patrimônio, com destaque para o registro das diferentes práticas culturais imateriais. Nessa direção, em 2006, “o francês Hungues de Varine-bohan argumentou, que o patrimônio cultural deveria ser abordado da perspectiva de três vetores básicos: o do conhecimento, o dos bens culturais e o do meio ambiente” (PELEGRINI, 2006, p. 120).

Na esteira interpretativa, um fato se fez evidente no jornal *A Província do Pará*: era comum trazer patrimônios existentes na cidade, tanto de origem material, quanto imaterial, atrelados a atuações, apoios financeiros e reformas agenciadas por políticos que estavam no poder. E desta forma os grupos dominantes, fortaleciam o seu discurso perante a sociedade marajoara.

Em um artigo de 1950, intitulado “O ‘adeus’ do prefeito de Ponta de Pedras aos seus munícipes”, foi publicado um discurso saudosista que não poupava elogios à atuação e às obras do velho gestor João Malato. O artigo ainda apresentou um pronunciamento desse agente público, sendo que, na palavra do ex-prefeito, é enfatizado o conflito político-partidário existente no município. No discurso foi abordado que sua conduta pacificadora foi constantemente repreendida pelos membros de seu partido.

De acordo com lembranças do professor e sociólogo marajoara, José Varella, João Ribeiro Malato foi um jornalista e político conservador, admirador do ditador português Antonio Oliveira Salazar (1889-1970), arboricida, de temperamento violento, postura complexa cujo estilo lembrava Carlos Lacerda (1914-1977). Nos anos de 1930, foi rival de Magalhães Barata, mas, anos depois, mudou de posição “e terminou sendo um dos mais fiéis escudeiros”.

A gestão de João Malato em Ponta de Pedras deixou mágoas profundas com algumas famílias notáveis, fazendo-as migrar para Belém devido a conflitos com o então prefeito. Foi o caso do comerciante português João Ramos da Silva, dona da "Casa da Beira", que havia plantado com carinho uma mangueira a fim de colher a sombra da árvore pela tarde quando os raios de sol invadiam sua propriedade. O prefeito João tomou-se de fúria contra a arborização da cidade. Aquilo nos dias de hoje poderia ser considerado crime ecológico. Não apenas a mangueira de estimação da família Ramos foi abatida pelo machado devastador do prefeito Malato, mas toda linda arborização mandada plantar com esmero pelo major Djalma Machado foi ao chão<sup>12</sup>.

As memórias do professor Varella tornam perceptíveis o alinhamento do jornal ao grupo político que governou Ponta de Pedras entre as décadas de 1930 a 1970, pois procurou construir representações positivas acerca da gestão administrativa de João Ribeiro Malato, diferenciando-se do olhar do narrador marajoara.

Nessa teia de complexas contradições, atrelado às informações referentes ao clima político da época, salta aos olhos a descrição de espaços de sociabilidade, prédios públicos e meios de transportes adquiridos, inaugurados e/ou reformados, revelados e afirmados como lugares de uma determinada memória que se pretende instituir e disseminar (NORA, 1993). Para melhor esclarecer, os “patrimônios” de Ponta de Pedras evidenciaram o trapiche construído; o cais modernizado; o mercado municipal reformado; o piso da praça da matriz reformado; a praça da Duque de Caxias reformada; becos denominados de travessas como Capitão Thomaz e Padre Navegantes ampliados; rua Lauro Sodré prolongada, Palácio Municipal renovado; embarcação à vapor adquirida.



Em um trecho, segundo o jornal, João Malato afirmou: “Deixo-vos os velhos bêcos denominados ‘travessas’ Capitão Thomaz e Padre Navegantes, transformadas em largas artérias para o que tive de desapropriar e demolir vários quintais e construções que as estrangulavam e enfeivavam” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1950, p. 07). Um destes “bêcos” foi retratado em

imagem do fotojornalismo, como pode ser visualizada na Figura 1, reproduzindo a narrativa do ex-prefeito.

<sup>12</sup> Entrevista realizada com o professor José Varella pelo Facebook no dia 30/04/2015.

Nessa representação imagética, apesar da pouca nitidez, encontramos o registro de um dos “bêcos” que foram revitalizados e “transformado em linda artéria que bate para o mar” pelo governo de João Malato. Para que houvesse a ampliação deste local, de acordo com o que expõe a notícia, foi necessária a desapropriação e destruição de casas e quintais construídos de maneira “pouco planejada” e que, de certa forma, atrapalhavam o fluxo de pessoas no local e impediam a cidade de desfrutar de uma possível beleza moderna.

A concepção de vida urbana no modelo de modernidade chegada à Ponta de Pedras parece entrar em choque com códigos culturais dos antigos moradores que habitavam aqueles espaços da cidade. Ainda que o jornal não permita perceber, não é difícil imaginar os conflitos gestados naquela conjuntura de mudanças na infraestrutura de Ponta de Pedras.

As construções materiais em decomposição no espaço urbano, quando examinadas a partir das experiências dos sujeitos sociais que com ela interagiram, podem revelar cenas do pulsar da vida urbana na relação passado/presente. Valorizar representações de patrimônios afetivos e suas tensões com monumentos oficiais, sentidos de seus usos e existências reconstituem, em termos de presenças já ausentes, visões implementadas pelo poder público, particular ou popular sobre as edificações da cidade.

Podemos dizer que uma cidade está erigida sobre memórias oficiais e populares que se cruzam, vivem processos de trocas, experimentam a dominação, a perda e a expropriação, assim como resistem, criam táticas para se manterem vivas (POLLAK, 1989; 1992). O patrimônio do espaço urbano é plural, assim como plural são os lugares onde se manifesta e se ressignifica.

É preciso não olvidar que imagens sobre pedras e vozes da cidade, quando problematizadas, podem revelar e esconder histórias, memórias, poderes, afetos, paisagens, patrimônios, identidades e histórias locais. Se compreendermos que toda forma de seleção e valorização de um bem material ou imaterial, como patrimônio cultural público ou privado, envolve uma rede de relações de poder, disputas, negociações (LUCHIARI, 2005), mas também de contaminações e pertencimentos, podemos dizer que o viver urbano é por excelência território onde patrimônios do poder e do afeto se manifestam pujantemente.

Em meio a esta reflexão, a imagem do fotojornalismo revela ainda alguns exemplos de moradias existentes na época na cidade. Pista deixada pelo matutino

aponta que alguns quintais, em aglomeração no local, também foram desapropriados e demolidos. Portanto, podemos compreender que os formatos de casas revelados na Figura 1 possivelmente não eram maioria na cidade, mas as que o *A Província do Pará* pretendia mostrar para enfatizar o discurso saudosista de João Malato, com destaque para seus feitos administrativos.



Figura 2 - Cais e Mercado. Fonte: *A Província do Pará*, 1953.

A existência bastante frequente de quintais em uma localidade que se pretendia urbana, ou estava em processo de urbanização, demonstra a permanência de costumes de áreas rurais e/ou a manutenção de saberes ancestrais que, em função do planejamento urbano em implementação no município, passaram a ser excluídos das paisagens da cidade (Figura 2) (PACHECO, 2004).

A pressão provocada pelas reformas urbanas no cotidiano dos moradores de Ponta de Pedras permite perceber que, se as mudanças em evidência, especialmente

no centro da cidade, estavam alterando antigos costumes (THOMPSON, 1998), possivelmente novas relações de sociabilidades também passaram a ser inventadas nos usos e apropriações dos patrimônios emergentes na paisagem daquela “cidade-floresta”. Na parte superior da segunda imagem, encontramos o cais da cidade de Ponta de Pedra, “de cimento armado recém-construído, que impede a invasão das marés equinociais” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1953). No pronunciamento do ex-prefeito, destacamos: “Deixo-vos o principal trecho do nosso litoral defendido e melhorado por sólido e formoso cáis, com rampa de concreto - obra essa que nos consumiu 300 metros cúbicos de pedras igual quantidade de areia cerca de 400 sacos de cimentos e algumas toneladas métricas de canseiras e [...] cimentos” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1950, p. 07).

Já na parte inferior da imagem, ganha destaque o registro do mercado municipal, “também remodelado e com passeios circulares” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1953). Ainda utilizando as palavras do ex-prefeito Malato, acompanhamos descrição do que foi feito em seu mandato: “Deixo-vos o nosso mercado renovado e reforçado, totalmente em seus alicerces com passeios mais altos e mais largos, e a salvo, para

sempre das águas equinociais que periodicamente lhe amoleciam as bases e lhe enlameavam as vizinhanças” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1950, p. 07).

É de conhecimento público que a construção e manutenção destes patrimônios são importantes para se consolidar uma concepção ocidental de espaço urbano. Igualmente, apesar de o fotojornalismo apenas deixar implícito, há uma luta do projeto de modernização da cidade com a paisagem marajoara. A presença da natureza, de terrenos baixos e a força das águas indicam as dificuldades contínuas que o poder público teria para manter a paisagem cultural pretendida. Se a natureza não daria tréguas, os saberes locais exercitados pelos moradores para viver na cidade a partir de suas cosmologias sofreriam interdições e rearranjos.

A presença de pessoas nas imagens documentadas no *A Província* evidenciou-se mais quando se retratou o Mercado Municipal de Ponta de Pedras. O que essa cena indica? Possivelmente, entre outras apostas, que, em espaços urbanos, o mercado municipal é um lugar onde circula muita gente e, com ela, ideias, equipamentos, mantimentos entremeiam relações comerciais, afetivas e conflituosas.

E o que pensar da imagem do cais de Ponta de Pedras? Ali é um ponto estratégico do viver urbano e para se visualizar o diálogo da cidade com o rio. Ponto de chegar e sair, amar e odiar, trabalhar e disputar, viver e morrer, o cais, onde está localizado o porto da capital do município, parece deslocar para as bordas do rio o pulsar da dinâmica urbana. Por ser uma “cidade-floresta”, à margem das águas, percebemos a sua importância quando compreendemos como se desenvolvem as regiões onde a porta de entrada e saída de pessoas e produtos ocorre em grande parte e, algumas vezes de modo exclusivo, pelos caminhos dos rios (PACHECO, 2010a). Contudo, não se pode esquecer que a revitalização do cais alterou o fluxo de pessoas na cidade, forçando os moradores a construir novos territórios de sociabilidades e seus desdobramentos. Por essa mudança, visualizamos que, ao trazer a obra do cais para o seu discurso de final de mandato, Malato atrelou este patrimônio da cidade ao seu governo, fortalecendo o processo de fabricação de uma memória positiva sobre sua administração. Na contramão dessa representação, o professor Varella discorda da efígie de Malato como “o construtor da cidade”.

Outro aspecto recorrente na leitura dos jornais indica que grande parte dos patrimônios da cidade de Ponta de Pedras, como também as relações culturais nela desenvolvidas, estavam direta ou indiretamente ligadas à atuação de membros da Igreja Católica, instituição que passava a açambarcar maiores poderes naquele tempo,

em função do nascimento da Prelazia de Ponta de Pedras<sup>13</sup>, desvinculando-se da arquidiocese de Belém, conforme se vislumbra na Figura 3.



Figura 3 - Igreja e Praça da Matriz. Fonte: *A Província do Pará*, 1953.

Dessa forma, além das atuações políticas, a presença do poder religioso católico naquele município marajoara ganha destaque nas letras e imagens do jornal. Ao longo dos artigos analisados do *A Província*, atividades da igreja local eram apresentadas, semelhante aos acontecimentos políticos, sob a égide de um discurso saudosista. No entanto,

outro fato que envolve esta ocorrência, revelou-se esclarecedor. No ato de manutenção e difusão das relações patrimoniais e culturais dos pontapedrenses, fortes alianças entre poder político e poder religioso parecem reafirmar velhas tradições e experiências nacionais.

A importância do catolicismo na cidade pode ser evidenciada, tanto pela iniciativa da prefeitura em revitalizar a igreja e considerá-la como um patrimônio histórico da região, quanto por apoiar eventos religiosos frequentemente registrados pelo *A Província do Pará*.

Era recorrente nos artigos do jornal, a realização de um festejo religioso, homenageando Nossa Senhora da Conceição. O clima da festa, as atividades sagradas e profanas que envolviam o evento, assim como os preparativos, indicavam que o Círio de Ponta de Pedras movimentava um grande contingente de pessoas para a cidade, mudando consideravelmente o seu cotidiano.

Não obstante, as atividades da igreja, ligadas à valorização da cultura material marajoara, transcendiam as missas religiosas. Os dirigentes católicos estavam envolvidos diretamente com a manutenção e divulgação do artesanato produzido na região, tanto por intermédios da organização de exposições, como no incentivo ao ensino do saber artesanal (Ver Figura 4 a seguir).

<sup>13</sup> A Prelazia de Ponta de Pedras foi criada em 1963 por Paulo VI, cuja documentação deixou toda preparada, antes de morrer, ao Papa João XXIII. O primeiro administrador apostólico foi o próprio arcebispo de Belém, que ficou à frente de sua administração entre 1963 a 1965, designando como vigário geral, Ângelo Rivato, SJ, sagrado bispo em 01 de maio ou 29 de abril de 1965. Esta Prelazia tem uma área de 14.283 quilômetros quadrados. Em 1973, abrangia as paróquias de Cachoeira do Arari, Muana, Santa Cruz do Arari e Curralinho. Ajudaram a Prelazia Irmãs Dorotéia e Filhas de Maria Imaculada (*A Província do Pará*, 26 de julho de 1973, p. 07).



Figura 4 - 1ª exposição de cerâmicas pontapedrenses em Belém do Pará. Fonte: *A Província do Pará*, 1968.

A iniciativa da Prelazia de Ponta de Pedras em promover a cerâmica marajoara, criando oficinas e incentivando a formação de novos artesãos, interculturalizou-se com a preocupação dos padres em assumir a arte marajoara para ornamentar a matriz da cidade. “Finalizou D. Alberto Ramos revelando que desde os tempos de simples estudante de sacerdote, sonhava ‘com uma Igreja ornamentada

com motivos marajoaras’, e incentivou todos os municípios a ‘buscarem as suas tradições’, como fêz Ponta de Pedras” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1968, p. 08).

## 6. Margens e interculturalidades

A engenharia planejada para a escrita do artigo procurou situar a importância de se estudar o patrimônio marajoara, explorando sua presença em cidades onde confluem concepções de urbanidades ocidentais com tradições orais e florestais amazônicas. Iniciamos o enredo, interrogando o uso do termo *Ilha de Marajó* para valorizar trânsitos de povos que, sendo construtores e detentores de patrimônios materiais e imateriais, rompem fronteiras, misturando-se em relações interculturais com seus diferentes.

*Por dentro* dessa leitura da região que estabeleceu nexos com a temática do patrimônio, buscamos articulações com a mídia impressa, na ótica dos Estudos Culturais Britânico e Latinoamericano, explorando a metodologia de análise crítica do texto e da imagem. *Pelas margens* dos principais interesses das matérias, tentamos apreender outras referências da cultura local que, mesmo sem serem identificadas como patrimônio naquele contexto e por aquele matutino, apontam indícios de tradições e saberes que historicamente vêm conformando e reafirmando um modo de ser, pensar e viver na Amazônia Marajoara.

Dois aspectos ganharam destaque ao interpretarmos letras e imagens no que tange às ações tanto do poder público municipal, quanto do poder religioso, duas grandes instituições que ganharam visibilidade nos escritos do *A Província do Pará*. Se a perspectiva de construir uma memória dos feitos do prefeito João Malato, por exemplo, estava contígua a uma perspectiva de modernizar a cidade de Ponta de Pedras, por outro lado, ainda que nas bordas do texto midiático e do fotojornalismo, apreendemos conflitos e adaptações que aquele projeto urbano acabou enfrentando.

Desse modo, enquanto na relação de negociação entre poder público e populares a interculturalidade se manifestou tencionada por práticas tradicionais e novos códigos de conduta, no diálogo do poder religioso com estéticas e saberes da arte presente na cerâmica marajoara sob a regência dos filhos da cultura afroindígena, a interculturalidade escolheu contaminar-se nos traçados desta arte ancestral.

O que isso revela? Podemos apostar que deixa ver uma igreja consciente de que, naquele contexto histórico, não era mais possível adotar discursos e práticas universais no local, pois os exemplos anteriores mostraram que o projeto de cristianização e evangelização muitas vezes naufragou em insucessos. Por isso, em tempos que já acenavam para a aprovação e difusão dos ensinamentos do Concílio Vaticano II, o convite à enculturação - apreender a cultura do outro para evangelizá-lo - colocavam os Marajós em sintonia com outras experiências amazônicas e brasileiras.

### Agradecimentos

Os autores agradecem à Universidade Federal do Pará, por intermédio da concessão de Bolsa de Iniciação Científica, PIBIC/UFGPA (2011-2012), e ao CNPq, através do Edital Universal de 2014 pelo apoio financeiro para o desenvolvimento dessas pesquisas, sem o qual não teria sido possível produzir esse trabalho.

### Referencias

- ANTONACCI, Maria Antonieta. *Memórias Ancoradas em Corpos Negros*. São Paulo: Educ, 2014.
- BEZERRA, Márcia. "As Moedas dos Índios": um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Marajó, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 6, p. 57-70, 2011.
- \_\_\_\_\_. As Cores do Passado na Amazônia: o patrimônio arqueológico no artesanato da Vila de Joanes, Ilha do Marajó, Brasil. *Amazônica: Revista de Antropologia*, v. 6, p. 418-441, 2014.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa na historiografia*. Tradução Nilo Odalia. 6ª reimpressão. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- DANTAS, Ivo. *Constituição Federal anotada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- FERREIRA PENNA, Domingo Soares Ferreira. Apontamentos sobre os cerâmicos do Pará. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. 02, p. 85-99, 1877.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultura*. São Paulo: Zahar, 2006.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução Heloísa P. Cintrão, Ana Regina Lessa. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

- \_\_\_\_\_. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Tradução Luiz Sérgio H.. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução Adelaine La Guardiã Resende... [et. al]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HOGGART, Richard. *La culture du pauvre*. Paris: Les Éditions de minuit, 1970.
- KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. Fotografias - Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 09-27.
- KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia - Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Assanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.
- LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A re-invenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. *Geosp – Espaço e Tempo*, n. 17, p. 95-105, 2005.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o Patrimônio Cultural: uma construção permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 281-308.
- MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. *Archelological investigations at the mouth of the Amazon*. Washington, D. C.: Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology, 1957.
- MIGNOLO, Walter D.. *Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limitar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. *História*, v. 26, n. 02, p. 257-268, 2007.
- NORA, Pierre. Entre História e Memória – a problemática dos lugares. *Projeto História*, v.10, p. 7-28, 1993.
- NUNES, Augusto César Miranda; PACHECO, Agenor Sarraf. Arte(manhas) da cultura afroindígena: trajetórias e experiências de mestre Damasceno pelo Marajó dos Campos. *Boitatá*, v. 13, p. 01-19, 2012.
- PACHECO, Agenor Sarraf. *Lembranças de uma vida: a cidade de Melgaço e a casa de farinha no olhar do farinheiro (1927-1998)*. Departamento de História (Monografia de Graduação), Universidade Federal do Pará, 1999.
- \_\_\_\_\_. *À Margem dos “Marajós”: cotidiano, memórias e imagens da “cidade-floresta”– Melgaço-PA*. – Belém: Paka-Tatu, 2006.
- \_\_\_\_\_. Oralidades e letras em encontros nos “Marajós”: ribeirinhos e religiosos urdindo identidades culturais. *Coletâneas do Nosso Tempo*, Rondonópolis - MT, v. VII, n. 7, p. 15-38, 2008.
- \_\_\_\_\_. *En el Corazón de la Amazonía: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoara*. Programa de Pós-Graduação em História (Tese de Doutorado), PUC-SP, 2009.
- \_\_\_\_\_. Portos de Memória: cotidiano, trabalho e história no Marajó das Florestas. *Movendo Ideias* (UNAMA), v. 16, p. 04-16, 2010a.
- \_\_\_\_\_. A conquista do ocidente marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In: SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires (Orgs.). *Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. Belém: GKNoronha, 2010b. p. 11-30.
- \_\_\_\_\_. Cosmologias Afroindígenas na Amazônia Marajoara. *Projeto História*, v. 44, p. 197-226, 2012.
- PELEGRINI, Sandra C. A.. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, p. 03-15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 05, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

REIS, José Carlos. *A Escola dos Annales: a inovação em História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000.

ROOSEVELT, Anna C.. *Mundbuilders of the Amazon: geophysical archaeology on Marajó Island, Brazil*. San Diego: Academic Press, 1991.

SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meio de comunicação*. Tradução Rubia Prates e Sérgio Molina. São Paulo: EDUSP, 1997.

SCHAAN, Denise P.. *A linguagem iconográfica da cerâmica marajoara: um estudo da arte pré-histórica na Ilha de Marajó, Brasil (400-1300AD)*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1997. (Coleção Arqueologia, 3).

\_\_\_\_\_. A ceramista, seu pote e sua tanga: identidade e papéis sociais em um cacicado marajoara. *Revista de Arqueologia*, v. 16, p. 31-45, 2003.

\_\_\_\_\_. *The Camutins chiefdom: rise and development of complex societies on Marajó Island, Brazilian Amazon*. Tese (Doutorado) – University Pittsburgh, 2004.

\_\_\_\_\_. *Cultura Marajoara*. Edição trilingue: português, espanhol, inglês. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.

SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires. *Muito além dos Campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. Rio Branco: Gknoronha, 2010.

THOMPSON, Edward Paul. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOCANTINS, Sílvia Helena. *As ruínas de Suruanã: romance marajoara*. Belém: Gráfica Falangola, 1987.

TOJI, Simone. Patrimônio Imaterial: marcos, referências, políticas públicas e alguns dilemas. *Patrimônio e Memória*, CEDAP, v. 05, n. 02, p.11-26, dez. 2009.

ZANIRATO, Sílvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da atureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

## Fontes

PARÁ, A Província do. O “adeus” do prefeito de Ponta de Pedras aos seus munícipes – Domingo, 19 de Fevereiro de 1950.

PARÁ, A Província do. Atingida também pela seca parte da região do salgado, perdida a lavoura em Igarapé-Açu e Marajó – Quinta-feira, 01 de março de 1951.

PARÁ, A Província do. A seca ameaça reduzir a miséria nosso agricultor, consequência desastrosas para a população e economia do estado. – Sexta-feira, 02 de março de 1951.

PARÁ, A Província do. Dignos de lástimas todos os portos da região amazônica, trata-se da recuperação da ilha do Marajó – Quarta-feira, 17 de outubro de 1951.

PARÁ, A Província do. Mais 26 milhões para reforma e ampliação do porto – Sábado, 23 de agosto de 1952.

PARÁ, A Província do. A pecuária e a pesca, fontes da prosperidade de Ponta de Pedras – Terça-feira, 01 de setembro de 1953.

PARÁ, A Província do. Mais de 4 mil eleitores em Ponta de Pedras – Sábado, 14 de agosto de 1954.

PARÁ, A Província do. Absolutamente corretas as contas do ex-prefeito de Ponta de Pedras – Terça-feira, 05 de julho de 1955.

*PARÁ*, A Província do. Transporte especial para os romeiros do Círio de Ponta de pedras – Domingo, 17 de Novembro de 1963.

*PARÁ*, A Província do. Plano sanitário para a Ilha de Marajó – Quarta-feira, 13 de maio de 1964.

*PARÁ*, A Província do. Denúncia conta a polícia de Ponta de Pedras – Terça-feira, 09 de março de 1965.

*PARÁ*, A Província do. Dorotéias fundam outra casa em Marajó – Domingo, 10 de abril de 1966.

*PARÁ*, A Província do. IDESP vai diagnosticar economia do Marajó – Quinta-feira, 02 de novembro de 1967.

*PARÁ*, A Província do. Prefeitura e Prelazia de Ponta de Pedras ontem inauguraram em Belém a Exposição de Cerâmica - quarta-feira, 27 de março de 1968, p. 8 do 1º Cad.

*PARÁ*, A Província do. Prelazia de Ponta de Pedras, quinta-feira, 26 de julho de 1973, p. 07.

*MADRI*, Teodoro C. La Prelacia de Marajó cumplió cincuenta años. In: Boletín de la Provincia de Santo Tomas de Villanueva. Ordem dos Agostinianos Recoletos. Ano LIX, enero-febrero de 1979, num. 494.

---

Data de recebimento 21.03.2015

Data de aceite: 27.04.2015